

Das Terras de Mutambó ao Município de Mesquita:RJ

Memórias da Emancipação nas Vozes da Cidade

Maria Fatima de Souza Silva¹

1. INTRODUÇÃO

O movimento pela autonomia municipal no Brasil, desde que a primeira cidade foi criada em 1532 - São Vicente -, apresenta-se marcado por períodos de alternância entre centralização/descentralização e encontra-se relacionado à discussão de exercício do poder local. Na história mais recente, no Estado do Rio de Janeiro, a partir de 1985, assistimos a um “boom” de emancipações, com a criação de 28 municípios.

Este artigo se propõe a reconstruir em linhas gerais o percurso traçado pelo movimento que culminou na emancipação de Mesquita, município da Baixada Fluminense - região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, fato ocorrido em 1999. Para além das questões técnicas e acadêmicas sobre viabilidade financeira, desenvolvimento e relações de poder, dentre outras que permeiam os debates sobre movimentos emancipatórios, a pesquisa buscou refletir o processo de emancipação de Mesquita à luz daqueles que vivenciaram e se envolveram em suas discussões e ações: os habitantes da localidade.

Assim, o objetivo é analisar de que forma a emancipação se (re) constrói na memória do grupo e que estratégias são acionadas nesse trabalho da memória, tendo como instrumento metodológico a História Oral.

A gestação desse trabalho teve início no ano de 2001, no Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores de História – ANPUH, realizado em Niterói - Rio de Janeiro. Na ocasião tivemos a oportunidade de presenciar uma mesa de pesquisadores da Baixada Fluminense. A apresentação do pesquisador Linderval Monteiro², envolvendo a emancipação de Belford Roxo e a eleição de seu primeiro prefeito foi o primeiro despertar para a elaboração do anteprojeto de pesquisa que gerou o trabalho ora apresentado, pois neste mesmo ano, o município de Mesquita estava iniciando seu primeiro governo após ser

¹ Professora Assistente do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira/ CAp UERJ; Mestra em Memória Social e Documento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / UNIRIO

² Segue-se a referência completa do trabalho apresentado pelo pesquisador no encontro da ANPUH: Linderval A. Monteiro. *Baixada Fluminense: identidades e transformações*. O estudo das relações políticas na Baixada Fluminense. A criação do município de Belford Roxo e a mitificação de seu primeiro prefeito, 2001. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

emancipado de Nova Iguaçu. As vivências e as (re) lembranças da campanha para o executivo municipal do ano 2000 estavam muito presentes. Dessa forma, escrever sobre o processo de emancipação, marcado, sob nosso ponto de vista, por tensões e disputas, poderia ser muito interessante e desafiador. E assim tudo começou.

Partimos do pressuposto que a trajetória do movimento emancipacionista se apresenta marcada por tensões e disputas de espaços de poder, caracterizada na heterogeneidade de posições e representações que circulam na cidade: se para uns constituía-se em depositário de transformações e conquistas, para outros prevalecia a ideia de que esta não resolveria os problemas crônicos da região, e sim, de grupos que necessitavam ter maior influência na política local; enquanto setores favoráveis à emancipação acreditavam que o município era viável do ponto de vista da sustentabilidade econômica, chegando até ao ufanismo, setores contrários a ela afirmavam justamente o oposto.

2. SOBRE O QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Com relação ao quadro teórico, a memória é o eixo norteador da pesquisa, por apresentar a possibilidade da articulação das lembranças e dos esquecimentos dos diferentes sujeitos sociais envolvidos. Fizemos uso de alguns autores que fundamentam e afirmam a memória como um referencial de fundamental importância para o nosso trabalho, que traz o tema da cidade como um lugar de memórias em disputa, de afirmações e silenciamentos. Articulam-se aos autores da memória àqueles que trabalham com a categoria do espaço, das relações de poder e da formação de identidades.

Assim, a intenção é refazer um percurso que, pressupõem-se marcado por tensões, disputas, aproximações e silêncios entre os diversos agentes / grupos sociais. Trata-se, como apontam os escritos de (LOVISOLO, 1989:16), trabalhar uma história baseada nas contradições e justaposições da memória:

[...] Poderíamos antecipar que tal história nos proporcionaria constelações contraditórias de representações e práticas, de sentimentos e atitudes, e de valores organizados em torno da memória. Esta se desdobraria em individual e coletiva, fiel e infiel, objetiva e subjetiva, texto e monumento, oral e escrita, entre outras polarizações [...]

Nesse entendimento, as lembranças individuais são frutos de sua articulação com as lembranças do grupo a que o indivíduo pertence. (HALBWACHS, 1990:54) em seus escritos com relação à memória individual já dizia:
[Digite texto]

Consideremos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo inventou e que emprestou do seu meio [...].e infiel, objetiva e subjetiva, texto e monumento, oral e escrita, entre outras polarizações [...] (Lovisol, 1989: 16).

Também com ênfase na linha da construção social da memória, os escritos de POLLAK (1992: 201-202) apontam os acontecimentos, as pessoas – personagens e os lugares, como “elementos constitutivos da memória”, ou seja, esses três fatores se apresentam como determinantes no exercício do recordar.

O interesse nesses três fatores formadores do processo de reconstituição da memória reside no fato de que a pesquisa trabalha com o acontecimento / emancipação; o lugar/ Mesquita e os personagens/ narradores.

Com relação a um dos elementos constitutivos do trabalho da memória, segundo Pollak - os lugares -, eles remetem a uma categoria fundamental para este trabalho: o espaço, que por sua vez encontra-se entrelaçado à categoria de tempo.

Segundo (HARVEY,1993:187) “O espaço e tempo são categorias básicas da existência humana”. Assim, estudá-las, significa compreender como os homens, através dos tempos, conseguiram se organizar e influenciar no espaço a seu alcance, ou seja, o tempo social e o espaço social, construções que podem variar de acordo com a diversidade dos grupamentos humanos: “Em suma, cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço” (Harvey, 1993: 189).

Na discussão do papel do poder nas relações sociais, nas práticas que fundam e organizam espaços ao longo do tempo, o trabalho de (CLAVAL,1978:7) sobre as conexões entre espaço e poder que se estabelecem na trama social é igualmente adequado:

[...] o que se pretende mostrar claramente, hoje, é que o jogo social nunca é inocente: atrás das retroações que limitam aparentemente o poder dos indivíduos, desmascara-se a ideologia que oculta os mecanismos reais e leva a esquecer o peso desigual dos participantes e os que instituíram as regras sociais e com elas se beneficiam.

Significa dizer, que não basta explicar como as relações e as práticas sociais acontecem; no caso da emancipação, não basta dizer que alguns setores desejavam a emancipação e outros eram contrários, mas sim, de que forma os homens ou grupos, agiram entre si ou sobre os outros:

“[...] impondo-lhes sua vontade pela força, ou levando-os a aceitar a autoridade de que está se investido, ou jogando com seus dons e a simpatia que sabe criar à sua volta, ou tirando partido de sua posição econômica, de sua situação geográfica ou de sua aptidão para inventar novas soluções e fazer com que sejam adotadas [...]”

Relacionando a questão do espaço à discussão da constituição de identidades, a pesquisa se apoiará no conceito de “lugar antropológico”, de (AUGÉ, 2001: 51), que se refere ao mesmo da seguinte forma:

“[...] àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja [...]”

Igualmente, as concepções de (HALL, 2003:87), sobre identidade cultural, podem ajudar na análise das diferentes identificações dos sujeitos sociais que compõem o lugar-espaço investigado.

“[...] a globalização tem, sim, o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e “fechadas” de uma cultura nacional. Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas, menos fixas e mais trans-históricas [...]”

Diante das novas possibilidades colocadas, fruto da compressão espaço-temporal da sociedade que globaliza, que invade culturas herméticas, o presente trabalho não é desenvolvido com a variável de uma identidade mesquitense, mas sim, de identidades mesquitenses diversas, fruto da multiplicação dos “sistemas de representação e significação cultural” (Hall, 2003: 13) existentes na sociedade atual.

A partir da definição do objeto de estudo – os marcos coletivos do processo de emancipação de Mesquita - e o eixo norteador do quadro teórico - a memória -, nos propomos a elencar as razões pelas quais se optou por fazer uso privilegiadamente da metodologia da História Oral. De acordo com (QUEIROZ, 1988: 19):

“[...] ‘História Oral’ é termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outros tipos de documentação, ou cuja

documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, busca-se uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período de tempo. [...]”

Assim, o papel do testemunho oral se faz presente, pela possibilidade de captar as vivências diretas ou indiretas dos informantes, bem como de perceber os valores, tradições e possíveis mitificações em torno do tema analisado.

A história oral tem como mediação em sua coleta de dados a “memória dos informantes” (AMADO E FERREIRA, 2000: 15), vindo, portanto, ao encontro da categoria teórica principal da pesquisa.

Um aspecto importante que sobressai nessa discussão é aquela que afirma que a História Oral é a ponte entre a teoria e a prática. As questões que aparecem nas entrevistas sejam relacionadas à forma de lembrar de determinado acontecimento, seja à omissão ou destaque de determinados fatos, por exemplo, devem ser analisadas pelo pesquisador à luz das teorias que lhe serve de embasamento. Ela traz a possibilidade de comparação entre a interpretação que pesquisadores (sejam eles técnicos, acadêmicos etc) fazem dos acontecimentos e àquelas dos agentes envolvidos no próprio processo, pois não está aqui se falando apenas de recuperar dados de um passado, e sim, de colher depoimentos de alguém que viveu os acontecimentos e traduz sua interpretação através do relato. Dessa forma “[...] a história do tempo presente tem de lidar com testemunhas vivas, presentes no momento do desenrolar dos fatos, que podem vigiar ou contestar o pesquisador [...]” (AMADO E FERREIRA, 2000: 23).

A pesquisa trabalha com a história oral temática, através de entrevistas com agentes sociais que participaram direta e indiretamente dos movimentos realizados pela emancipação do município de Mesquita, abrangendo períodos determinados. Fez-se uso, no entanto, de alguns elementos da história pessoal, necessários a esclarecimentos relacionados à temática central. No caso, perguntas relacionadas à ligação do entrevistado com a localidade de Mesquita (se nasceu no município, deslocamento da família - época em que se deu, procedência, motivação -), foram importantes para identificar se a ligação com o município é recente ou mais antiga, e se esses fatores influenciaram na construção de valores emancipacionistas.

Com relação à realização das entrevistas, cerne da metodologia, compartilha-se a visão de (AMADO E FERREIRA, 2000: 24) quando dizem que:

“[...] a especificidade da entrevista de história oral que, distintamente de outras formas de coleta de depoimentos, deve estar sempre inserida num projeto de pesquisa e ser precedida de uma investigação aprofundada, baseando-se em roteiro cuidadosamente elaborado [...]”

No aspecto de interação com os depoentes, a explicitação dos objetivos da entrevista, por onde a sessão iria caminhar, a explicação do funcionamento da metodologia, bem como seus procedimentos éticos: a transcrição, o retorno ao depoente e a necessidade de sua aquiescência para a divulgação, foi uma conduta adotada. Tais atitudes iniciais, marcando o estabelecimento das conversações, contribuíram para um ambiente de descontração e confiança observado no trabalho de campo, pois, de acordo com Thompson, a entrevista é “uma relação social entre pessoas, com suas convenções próprias cuja violação pode destruí-la” (THOMPSON, 1998: 277).

Com o decorrer do processo, sentiu-se a necessidade de elaborar alguns materiais para uma melhor organização do trabalho de campo. Dessa forma, foram organizados uma ficha de dados da entrevista, baseada em (MEIHY, 2002: 186 e 187) e um quadro denominado mapeamento das entrevistas, fundamentais na constituição da memória dos depoimentos.

3. Entre a Memória e a História: as terras de Mutambó- um preâmbulo

O passado histórico de Mesquita conduziu, por meio da historiografia disponível, aos caminhos da descoberta de *Mutambó*, designativo, considerado por alguns autores e documentos, às antigas terras que hoje compõem a cidade de Mesquita e escolhido para figurar no título da dissertação e deste artigo que ora se apresenta.

A oscilação entre o “registro” e o “uso”, respectivamente relacionados à história e à memória, integra esta discussão, considerando essa articulação – “história e memória” -, rica e pertinente ao tema ora trabalhado.

Da mesma maneira que outros pesquisadores, a busca não levou à referência comprovada em documentos primários, e sim, à evidência da utilização dessa denominação em diversos materiais escritos sobre a cidade. Assim, ancorado na tradição do uso de *Mutambó* em variados suportes da memória impressos optou-se pela permanência de seu emprego. Com isso, existe a intenção da rememoração que esse designativo pode ocasionar [Digite texto]

em relação ao cativo do povo africano, que durante um longo período da história, tornou possível tanto o desenvolvimento da produção açucareira, quanto o transporte do café nas terras mesquitenses. *Mutambó* também pode remeter, por extensão, à lembrança da resistência quilombola na Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, da qual as terras mesquitenses faziam parte. Segundo (ALVES, 2003: 37): *”Mencionados desde 1812, esses quilombos representavam a única grande divergência frente à estrutura de poder quase totalitária que se havia constituído”*.

A referência mais distante do emprego de *Mutambó* para designar Mesquita antigamente, foi encontrada em (Peixoto, 1960: 55). :

*A localidade de Mesquita chamava-se anteriormente **Mutambó** e constituiu uma parada de trem com este nome em 1882, quando nela desembarcou D. Pedro II para uma visita à Vila Iguçu.*

*De **Mutambó**, D. Pedro II seguiu de diligência para a fazenda de São Bernardino, onde pernitou [...]*

Desde a primeira inscrição de *Mutambó*, encontrada no livro do professor Rui Afrânio³ em 1960, até os dias atuais, já se passaram mais de quarenta anos. Sua presença insiste em permanecer em variadas referências à antiga localidade de Mesquita, seja denominando a antiga fazenda, a parada de trem, ou mesmo a um projeto de cooperativa de artesãos. Encontrada em diferentes suportes: trabalhos acadêmicos, livros e artigos produzidos por habitantes da localidade, seu emprego denota uma aceção forte, cheia de sentidos para quem faz uso dela. A presente pesquisa prossegue nesse trabalho de memória, possibilitando mais uma vez *Mutambó*, de origem escrava, quimbunda, a constar como antigo denominativo da cidade.

4. QUANDO AS VOZES ENTRAM EM CENA – os depoimentos dos moradores

4.1 A idealização da emancipação

A origem do movimento pela emancipação do então quinto distrito de Nova Iguçu, remonta à década de 1950, situando-se no bojo de um dos períodos de aquecimento de criação de novas cidades no país, a partir da promulgação da constituição de 1946. Por outro lado, é o momento em que os moradores já fixados nos locais de moradia para onde se deslocaram, na maioria das vezes, desabastecidos das condições de infraestrutura necessárias, criam formas

³ O professor Rui Afrânio Peixoto foi o primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguçu, fundado em 1963.

que julgam serem capazes de alavancar o seu desenvolvimento. A primeira campanha pró-emancipação de Mesquita, nasce, portanto, nesse contexto.

O Sr. Edmundo Nascimento, morador antigo de Mesquita, faz o seu relato sobre o evento da seguinte maneira:

[...] Daí eu comecei a andar mais e conhecer mais. Foi exatamente aí quando no dia 05 de maio de 57, aqui na sede de um clube de futebol que nós tínhamos, o “Sete de Setembro”, na rua Maria Vecchi, esquina com Mr. Watkins, sobrado, aonde hoje, é, embaixo, é [...] uma lanchonete, e ali foi a primeira reunião que nós tivemos para a emancipação de Mesquita, presidida pelo Doutor Jackson Trindade, irmão do Regner Trindade [...] (entrevista realizada em maio de 2004 – grifos da autora).

Conforme as lembranças de seu Edmundo sobressaem de pronto a evocação da data; a descrição precisa do lugar - clube Sete de Setembro -, com sua localização; a rememoração do acontecimento - primeira reunião da emancipação -; e a primeira pessoa lembrada, a que presidiu a mesa (Dr. Jackson Trindade). Pode-se, pois, verificar através desse depoimento em que parâmetros o trabalho da memória opera, de acordo com Pollak (1992): os acontecimentos, personagens e lugares. Interessante notar que o *vestígio datado de memória* (Pollak, 1992), foi quase preciso, pois, segundo a ata disponível, a mesma aconteceu no dia sete de maio de 1957.

A seguir, elencamos alguns depoimentos sobre este primeiro movimento pela emancipação, que tratam dos objetivos da luta emancipacionista, bem como de um fato importante, que foi o sumiço do processo da emancipação. Abaixo a fala de Dr. Jackson Trindade sobre democracia e poder:

[...] E, digo, cheguei a escrever umas duas ou três vezes, e é um dos artigos que eu escrevo pela emancipação de Mesquita: o município como uma escola de democracia, não é escola de governo, que é coisa diferente, é escola de democracia. Eu entendo e entendi desde essa época, que uma das formas da gente treinar a democracia brasileira será nos municípios.[...] [...] Então veja, então o poder nasce, e ele é forte, tinha que ser fortalecido [...], esse poder, a democracia [...]. [...] Do jeito que se exerce o poder no Brasil, ninguém migra para o distrito, para a vila, é, eu gosto do nome vila, o povoado, como chamava antigamente, é, onde se reúne a população. Aí é que o núcleo do poder, aí que nasce o poder, onde as pessoas se conhecem, todas as pessoas se conhecem [...] (entrevista realizada em outubro de 2004).

Nas memórias do Dr. Jackson, a questão do poder perpassa de uma forma intensa sua narrativa; atribui um peso central ao município como forma de exercício de democracia, e esta [Digite texto]

como uma das fontes de poder. Quando o depoente fala do núcleo de poder que nasce onde as pessoas se conhecem, pode-se acionar o que (CLAVAL, 1978: 7) diz sobre o jogo social: “levando-os a aceitar a autoridade de quem está se investindo[...]ou tirando partido de sua posição econômica, de sua situação geográfica ou de sua aptidão para inventar novas soluções e fazer com que sejam adotadas[...]”. Da mesma forma, quando Dr. Jackson se refere à Mesquita, pode-se considerar que ele a situa, mesmo que, idealmente, como um “lugar antropológico” (AUGÉ, 2001:53), onde todas as pessoas se conhecem, e a democracia – fundamento do núcleo do poder teria condições de ser exercitada.

O senhor Antônio José Pimentel (Seu Pimentel), outro morador de Mesquita, que também participou nessa época, incorpora outros fatores ao processo emancipacionista em seus primórdios:

[...] Quando nós começamos a reivindicar da prefeitura de Nova Iguaçu, é, foi uma coisa, porque os políticos de Nova Iguaçu não se interessavam por Mesquita. Nós tivemos época aqui em Mesquita que elegemos oito vereadores e dois deputados, mas nenhum deles se interessava. Aí nós começamos o movimento de emancipação.[...] eu sempre acreditei na emancipação porque nós teríamos um governo próximo a nós, e que deveria haver mais interesse na parte administrativa, e, justamente com a população em geral, não pode ser só associações de bairro, certo? Quer dizer, seria uma coisa muito nossa. Nós não teríamos que ir a Nova Iguaçu procurar o vereador X ou o prefeito X, porque na época não éramos atendidos, certo? Não havia isso. E aqui nós estamos bem próximos da administração e podíamos trabalhar [...] (entrevista realizada em outubro de 2004).

A questão do poder se materializa na fala do depoente, através da representação legislativa; inicialmente os vereadores e deputados, para mais adiante incluir o poder executivo, na figura do prefeito. O poder local também está presente, quando fala do “governo próximo a nós”.

A partir de artigos veiculados pela imprensa escrita e reiterados pelos depoimentos, tem-se notícia de que as primeiras ações em favor da emancipação nesse período ocasionaram um processo encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e ao Governo do Estado para ser sancionado. Nesses trâmites, teria desaparecido; em relação ao “desaparecimento” as versões são diferenciadas, até hoje não se sabe exatamente como isso ocorreu. No trabalho de memória realizado através dos relatos, verifica-se que, em alguns deles a versão é substituída pelo silêncio acerca do ocorrido:

Trabalhamos, mas acontece que em 83..., 83..., é..., 83..., foi dada a entrada, aliás, em 62, foi criado o primeiro processo para emancipar Mesquita. Este processo desapareceu daqui até Niterói. Ninguém mais soube dele. [...] (grifo da autora) (entrevista realizada em junho de 2004).

[...] O processo pronto, tava dependendo de um parecer da..., do ministro da...que ministério! Da Secretaria de Justiça, e na mesa do Secretário, o processo sumiu! (entrevista realizada em outubro de 2004).

Muitas pessoas ainda hoje na cidade fazem alusão com certo saudosismo ao processo que não foi adiante. As histórias são múltiplas e variam de acordo com o quadro social de inserção do indivíduo. Não se pretende aqui afirmar a veracidade dos fatos acontecidos; o que permanece através da tradição oral são as diversas interpretações dadas ao caso. Um dos depoentes aponta de forma simples a reprodução dessa história em seu ambiente familiar:

[...] E a gente sempre ouvia falar. Primeiro da história ocorrida, em, nos anos 50, é, com, com o sumiço do processo de emancipação lá, no Palácio do Governo em Niterói. É, e isso era dito pelos meus pais, meus pais falavam nisso, meu pai principalmente. É, havia essa, é, eu não chamaria nem de boato, mas sempre que esse, o assunto emancipação vinha à tona, de alguma forma essa história também vinha à tona.(entrevista realizada em dezembro de 2003).

Seja pela participação direta, seja por histórias ouvidas, o fato é que o “sumiço” do processo é recorrente tanto em fontes impressas como nas narrativas orais, envolta quase sempre em uma aura de mistério.

A partir desse acontecimento, a primeira tentativa de emancipação do quinto distrito de Nova Iguaçu fracassou. O movimento só voltará à carga com iniciativas concretas (realização de plebiscitos), mais de 30 anos depois, já que o primeiro plebiscito da série de três que daria origem à emancipação do município, só aconteceria em 1987.

4.2 A década de 80 e o ressurgir do movimento emancipacionista

O movimento pela emancipação de Mesquita parecia estar apagado da agenda política da localidade. A partir de 1964, período de instauração do governo militar, até 1984, o Estado do Rio de Janeiro, refletindo a realidade das demais unidades da federação, não assistiu a nenhuma criação de novas cidades. Foram tempos da chamada centralização político-administrativa, consequência do endurecimento político por que passava o país.

Ao final da década de 1970 e início de 1980, as diferentes forças políticas, institucionais ou não, que tiveram papel importante na resistência ao regime militar

[Digite texto]

começaram a se reordenar de acordo com suas concepções e estratégias acerca do poder, destacando-se, dentre elas, o surgimento do Partido dos Trabalhadores e a reativação do movimento sindical e associativo, que se tornou visível em grandes manifestações de rua. Esse ambiente de redemocratização proporcionou um período de efetiva importância na aglutinação dos setores políticos e populares que se afirmaria durante toda a década de 1980 e culminaria com as eleições diretas para presidência da república em 1989.

Nesse contexto, em meados dos anos 80, ressurgiu a campanha em prol da emancipação de Mesquita, identificando-se um importante papel desempenhado pelas associações de moradores articulados à igreja católica; a atuação do movimento de esquerda e seus posicionamentos e as ações realizadas pelos diferentes agentes políticos em busca da formação de espaços.

Em seis de setembro de 1987, o quinto distrito de Nova Iguaçu realizaria a sua primeira consulta plebiscitária⁴. O fogo incendiava cada vez mais o monturo. A campanha que mobilizou defesas e ataques apaixonados cerca de quatro anos seria colocada à prova pela primeira vez, já que no primeiro processo da década de 1950, o plebiscito não era exigido.

A campanha pela emancipação nesse período, embora tenha sido intensa e participativa, pelo menos para os grupos que a incrementaram, não conseguiu atingir a população em sua maioria, uma vez que o quorum necessário para que o plebiscito tivesse validade não foi alcançado. As memórias de vários agentes desse período evocam de maneira diferenciada esse momento:

Bom, [...] [...] aconteceu em 87 o primeiro plebiscito. Nesse daí eu participei diretamente, até mesmo em despesa, em correria, o único carro de som que tinha para chamar o pessoal era o meu: um Opala Vermelho. Meu Deus! Como sofreu aquele Opala! Mas no dia seis de setembro de 87, feriadão, chovia, todo mundo indo embora pra aqui, pra ali, pra acolá, e não teve, aliás, eu tenho certeza que não teve quorum. Eu tenho certeza, sofri muito, corri muito, mas não adiantou muito, não adiantou nada. E eu tinha certeza que não houve quorum porque eu não vi ninguém na rua. Eu vi algumas pessoas, não via muito gente. Muito bem, isso em seis de setembro de 87. (Edmundo Nascimento -entrevista realizada em junho de 2004).

Choveu nesse dia, exatamente, choveu nesse dia, o papai acha, eu..., os políticos de Nova Iguaçu atrapalham muito, fazem campanha contra, entendeu, desmobilizam as pessoas. Ele

⁴ Conforme estabelecido pela Lei Complementar Federal n.º 01, de novembro de 1967, que regula a criação de novos municípios (Fonte consultada: Jornal *O Radical Brasileiro*, 1987: 6).

tem essa leitura e fica uma coisa de que o povo não foi, entendeu. Eu quero confessar.[...] [...] Ai, olha isso, a frustração é um negócio: eu vejo o meu pai, papai fica numa tristeza de dar dó, o povo não foi, entendeu, essa é a leitura, o povo não foi votar, o povo não conseguiu entender a importância daquilo, entendeu [...].(Marinês Trindade - entrevista realizada em outubro de 2004).

As lembranças reativam o sentimento de perda, angústia e frustração por esses agentes que se envolveram profundamente na campanha em favor da emancipação, inclusive, reconhecendo a não presença da população. Marinês, em seu depoimento, esboça a compreensão de seu pai, sobre o acontecido: que o povo não teria entendido a importância de toda a movimentação. Outro relato, do então vereador José Rechuen aborda uma outra razão para o não comparecimento da população:

[...] é, o prefeito de Nova Iguaçu, o então..., se não me falha a memória era Paulo Leoni, ele colocou 30 ônibus para levar o pessoal para fazer excursões, alugou sítio, foram pra praia, para diminuir o quorum, para não comparecerem às urnas e isso tornava-se muito difícil. Eles lutaram muito para que Mesquita não fosse emancipada. E eu pelo abandono que [...] [...] estava Mesquita, com arrecadação que tinha Mesquita; nós tínhamos que lutar por essa nossa emancipação, que a emancipação pode não dar resultado para a prefeitura-mãe que era Nova Iguaçu, mas para a região a emancipação é a solução.(José Rechuen - entrevista realizada em setembro de 2004).

Essas lembranças recorrem ao fato de que a prefeitura de Nova Iguaçu teria um grande interesse de que o distrito de Mesquita não emancipasse, recorrendo a estratégias de organização da população para afastá-las da votação.

Os depoimentos abaixo são de agentes que eram contrários à emancipação e relembram, igualmente, suas estratégias de não participação no plebiscito:

[...] Não, nós não participamos, eu não participei e a Associação também, foram algumas pessoas votar. Foi uma coisa assim muito individual. Que eu não preguei que não vá votar, algumas pessoas foram e outras não. Como sempre, eu às vezes eu faço umas coisas tão estratégicas, né, (ri) que no dia, dia..., eu levei pra emancipação, o plebiscito seria dia seis de outubro ou setembro de 86, e eu fiz um desfile de modas no Proletário, Social Clube Proletário, na véspera desse plebiscito. E muitas das pessoas amigas minhas que iam votar, ficavam até as cinco da manhã. E no outro dia estavam cansadas, e eu não sei se foram votar ou não (ri) [...] (entrevista realizada com Vera Sepúlveda em junho de 2004).

[...] Nós fomos centralizados pelo Partido, agora, nós tiramos que não íamos votar pra poder não dar o quorum. E isso nós fizemos, acho que mais ou menos organizadamente, porque nenhum de nós foi votar, ou se foram, foi um ou outro que no caminho, no primeiro

com certeza eu acho que nós cumprimos à risca, nos outros não, nos outros a gente já começou a desistir, não, é melhor votar [...] (Elizana da Costa Silva - entrevista realizada em setembro de 2004).

Tanto Vera quanto Elizana recorreram a soluções semelhantes, com o intuito do quorum não ser alcançado, segundo seus relatos. Certamente esses motivos, conforme já vistos nesse mesmo capítulo, não eram os mesmos que o do executivo de Nova Iguaçu, que, segundo Rechuen, estava relacionado ao fato da perda da arrecadação.

O que se pode considerar, é que o movimento pela emancipação de Mesquita, ressurgido em meados dos anos 80, e desfilado aqui, através de algumas vozes atuantes no processo, longe de ser unilateral e uniforme, apresentou-se complexo, dividido e multifacetado pela pluralidade dos agentes em cena.

Um ano depois do plebiscito, a constituição de 1988, viria dar novo fôlego ao processo de criação de cidades. Mesquita voltaria à carga, dando continuidade a sua luta pela emancipação.

4.3 A década de 90: quando Mesquita torna-se cidade

Em termos políticos nacionais, a década de 90 se inicia de uma forma mais arejada: com uma nova constituição republicana promulgada e a eleição de um presidente pelo povo, após vinte e cinco anos de um período permeado por perseguições e endurecimento político. Mesquita parece se beneficiar dos novos ares. Regiões próximas conseguem suas emancipações. Assim é que, seis anos após o plebiscito de 1987, duas novas tentativas de emancipação serão realizadas em Mesquita, através da realização de processos plebiscitários em 1993 e 1995, ambos acusando falta de quorum.

O movimento que culminará com a realização do plebiscito em 1993, é animado por componentes diferentes daqueles que atuaram na década de 1980. A começar pela estrutura que servirá à organização da campanha, denominada de Conselho de Emancipação: a exemplo dos processos anteriores, esse espaço era utilizado para discutir e encaminhar as questões relacionadas às ações da emancipação, porém com um diferencial: a injeção de dinheiro de políticos para a sua divulgação. No entanto, novamente o quorum não é alcançado. O movimento dessa vez não se dispersa. A nova data então foi marcada para 26 de novembro de 1995. As ações que desembocaram nesse plebiscito foram marcadas por uma intensificação da divulgação da necessidade de comparecimento da população às urnas, voltando no SIM.

25 de novembro de 1995. Dois anos após a segunda votação, novamente Mesquita vai às urnas tentar a sua independência. Um fato novo aconteceria nesse plebiscito: a utilização da urna eletrônica. Sobre essa questão, Artur Messias elabora uma descrição muito interessante:

[...] Mesquita foi utilizada como cobaia para o processo de votação eleitoral. Havia ocorrido em vários municípios no interior do Estado a utilização das urnas eletrônicas; em muitos deles não alcançou os 50% mais um, e se atribuía justamente a utilização da urna eletrônica [...] [...] No caso de Mesquita, não, era uma população grande, muito grande, mais de cem mil eleitores e..., ou quase cem mil eleitores, e aqui, as urnas foram colocadas pelo TRE, mais preocupado em testar as urnas do que propriamente a votação. Então, tanto é que no dia da votação, vieram para cá..., veio para cá o Presidente do Tribunal, esqueci o nome dele agora, vou me lembrar..., e diversos outros juízes, aqui talvez nunca tenha havido concentração de tantos juízes como aconteceu aqui, justamente por causa dessa importância. (entrevista realizada em 2003).

Artur se reporta à utilização do processo eletrônico como uma experiência que acionava um corpo de justiça nunca antes visto em Mesquita. E mais adiante:

[...] Mesquita seria o primeiro município de porte a fazer a votação eletrônica, claro que era um processo plebiscitário! E para azar nosso e da justiça, muitas urnas apresentaram problemas ao longo do dia, muitas mesmo, e a boataria começou a correr na cidade, que o povo apertava o SIM e aparecia o NÃO, e que havia, ou seja, o povo começou a desconfiar da maquininha, a maquininha estava contra a emancipação. (entrevista realizada em dezembro de 2003).

As lembranças de Artur sobre a utilização do processo eletrônico são importantes, porque remetem a uma situação corrente até hoje em algumas rodas de conversa sobre esse dia, semelhantes a que o depoente descreveu em sua entrevista, isto é, fazem parte da memória do grupo que viveu o processo: os boatos de que as máquinas não funcionaram, inclusive, que estariam agindo contra o processo de emancipação.

De acordo com o TRE seriam necessários 48 mil votos para obtenção do quorum mínimo, já que Mesquita deveria ter nessa época aproximadamente 97 mil eleitores. O quorum mínimo não foi alcançado, já que o comparecimento às urnas se deu em torno de quatro mil a menos do quantitativo necessário. A festa de comemoração da criação da cidade mais uma vez foi adiada.

Como consequência do insucesso do plebiscito de 1995, iniciou-se uma outra campanha, a que iria provar que Mesquita já era emancipada. Tal processo foi liderado pelo Comitê Pró-Emancipação e durou quatro anos.

Em 1999, após um trâmite judicial de quatro anos, envolvendo várias instâncias: o Comitê Pró-Emancipação, a Câmara de Vereadores, a Prefeitura de Nova Iguaçu, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro e o Supremo Tribunal Federal; este último decidiu pela emancipação do quinto distrito de Nova Iguaçu.

Em 15 de setembro de 1999 foi votado o Projeto de Lei da Emancipação e a 25 de setembro de 1999, o então governador Anthony Garotinho sancionou a lei criando o município de Mesquita. Sobre este acontecimento transcrevemos o relato de um membro da comunidade local que o vivenciou, seu Edmundo Nascimento, depoente citado várias vezes neste trabalho:

[...] E exatamente no dia 20..., 25 de setembro de 99, né, é que nós tivemos a nossa cidade emancipada, através do governador Anthony Garotinho, aqui na Avenida São Paulo, praça pública, a nossa euforia, a nossa euforia (risos da entrevistadora)[...] (entrevista realizada em junho de 2004).

Segundo o depoimento de seu Edmundo, a emancipação da cidade, depois de mais de quarenta anos e quatro processos disputados, era anunciada em uma via pública; seu Edmundo reconstrói em suas lembranças o sentimento de euforia por que passou naquele momento. A cidade, enfim era criada.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO Janaína; FERREIRA, Marieta M. Apresentação. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (Org.). Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

AUGÉ, Marc. *Não Lugares: Introdução a uma antropologia da super modernidade*. Rio de Janeiro: Papirus. 2.^a edição.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopez Louro. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, David. A experiência do espaço e do tempo. Parte III. In: HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989.

MEIHY, José Carlos S. B. *Manual de História Oral*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MONTEIRO, Linderval A. *Baixada Fluminense: identidades e transformações. O estudo das relações políticas na Baixada Fluminense. A criação do município de Belford Roxo e a mitificação de seu primeiro prefeito*, 2001. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

PEIXOTO, Ruy Afrânio. *Imagens Iguaçuanas*. Nova Iguaçu, RJ, 1960. Edição do próprio.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: *Estudos Históricos*, n. ° 3. Editora: CPDOC, FGV, Vértice, 1989.

_____. Memória e Identidade social. In: *Estudos Históricos*, n. ° 10. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.